

Sociedade Armada: os senhores e seus homens na Revolta Liberal de 1842

ADILSON JOSÉ DE ALMEIDA*¹

O problema de fundo nesta comunicação é a constituição da sociedade brasileira como uma sociedade armada. Isto é uma sociedade na qual, desde a Colônia, passando por todo o Império e chegando, pelo menos, até a Primeira República, os homens tinham capacidade para obter e empregar armas independentemente dos poderes governamentais. Era recorrente o uso de armas para resolver conflitos pessoais, conflitos entre grupos, entre famílias e na vida política.

Pode-se levantar, já de início, três grandes problemáticas a respeito desta sociedade. A primeira, que procurei discutir em trabalho anterior², diz respeito a dois vetores do armamento da sociedade brasileira: o escravismo, sobre o qual há um consenso na historiografia de que é um sistema de apropriação da força de trabalho que exige e se mantém por meios violentos e difunde violência pela sociedade inteira; e a política de segurança interna do Estado, que se iniciando já na colonização e se baseando no armamento da população e não em forças governamentais, incentivou a posse de armas e o uso delas na vida social e política.

É necessário, também, compreender como o estado se estruturou nas relações com essa sociedade considerando a força que as famílias e as forças locais tinham nela. Por um lado, é a sociedade armada que impede ativamente que o estado estabeleça o monopólio das armas, é ela que não permite que forças armadas governamentais como o Exército se organizem institucionalmente. Mas, por outro, o estado não só não desarma os homens como os mobiliza a seu favor nos confrontos militares. Muitas forças governamentais em conflitos armados foram compostas por contingentes formados pelos senhores e por eles comandados.

1 * Especialista de Apoio a Pesquisa do Museu Paulista da USP e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

² ALMEIDA, Adilson José de. Sociedade Armada no Brasil; emprego da violência armada na vida social e política e formação do estado. Anais do XXI Encontro Estadual de História: trabalho, cultura e memória – ANPUH-SP. Organização de Sylvania Bassetto. São Paulo: ANPUH-SP, 2012. (http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342372527_ARQUIVO_SociedadeArmadaNoBrasil;Empodaviolenciaarmadanavidasocialepoliticaeformacaodoestado.pdf).

A esses problemas da formação da sociedade armada e das suas relações com o estado se junta o problema de suas formas de reprodução. É preciso saber quais eram os meios que ela criou para manter-se na posse de armas e com capacidade para empregá-las nas situações de conflito. Uma questão se impõe: se os homens eram obrigados, com muita frequência, a lutar, como aprendiam a fazê-lo?

São esses problemas relativos às formas de reprodução da sociedade armada que eu gostaria de analisar aqui em seus contornos gerais, pois eles se revelaram de grande importância para entender, no lado oposto, a capacidade de atuação que tinham forças policiais e militares do Estado brasileiro.

O problema da violência armada dizia respeito a todos os homens individualmente, mas na medida em que o confronto podia ocorrer como uma luta entre grupos armados ou evoluir para esta situação, surgiam novas exigências para se conseguir derrotar um oponente. Era preciso que os homens se reunissem com um mesmo propósito, se coordenassem, soubessem como lutar todos juntos. Agir como grupo requer desenvolver ações conjuntas ou articuladas, que são estabelecidas por acordos, combinações, comandos.

Observando-se a sociedade armada por este ângulo do exercício do poder por meio do emprego da violência armada, vê-se que o que se afirma como um dos principais problemas para uma força política que deve constituir seus recursos de coerção física contra adversários é a apropriação das capacidades físicas de homens para fins bélicos. Apropriar-se significa direcionar as capacidades físicas individuais para os fins estabelecidos pelos pólos dominantes da força que se constitui. É preciso fazer com que os homens lutem por determinados objetivos, alvos, resultados que não foram definidos por eles, mas pelos comandos e lideranças que se fazem reconhecer, que fixam diretrizes e dão ordens que devem ser seguidas e obedecidas. O estado com suas forças armadas atuando em guerras externas ou na manutenção da ordem interna, os senhores ocupando postos do oficialato nas Milícias ou na Guarda Nacional e reunindo suas tropas e grupos armados em lutas entre si ou em apoio ou oposição ao estado, um chefe local liderando um movimento popular e contestando pelas armas a ordem vigente, todos são exemplos de forças políticas que, para se constituírem como forças armadas, reuniam recursos materiais e físicos para o exercício do poder colocando homens a seu serviço, aproveitando deles as capacidades físicas e o conhecimento para usar armas.

Essas forças se organizavam de formas diferentes. Comandantes militares e soldados que lhes eram subordinados, senhores com seus dependentes, lideranças locais com seus seguidores, chefes reconhecidos e o bando que formavam no cangaço ou na jagunçagem, se relacionavam, se juntavam e agiam em grupo seguindo regras de disciplina e sendo leais uns aos outros de maneiras específicas. Cada uma dessas forças tinha características próprias e o que o exame mais detido de seus conflitos e lutas permite constatar é que cada qual desenvolvia ações e procedimentos regulares para reunir homens, obter obediência deles e fazê-los lutar. Elas desenvolviam o que se podem denominar *modos de atuação armada*. A fim de dar um valor operacional a este conceito, se pode defini-lo como *um padrão de apropriação das capacidades físicas dos homens para fins bélicos*.

Os senhores de terras e escravos podiam com frequência formar grupos armados. A condição de proprietários de capitais dava a eles maior capacidade de reunir recursos materiais e de mobilizar homens para atividades de exploração econômica e de ação armada. Os senhores foram, certamente, os principais indutores da formação do modo de atuação armada que se desenvolveu na sociedade. Daí porque se pode denominá-lo modo senhorial de atuação. A constituição das forças das quais necessitavam exigia que se apropriassem da capacidade física dos homens, fazendo com que a empregassem para os fins determinados pelas lideranças estabelecidas em cada conflito.

Gostaria agora de discutir o desenvolvimento do que se pode chamar, então, Modo Senhorial de Atuação Armada. Numa sociedade armada os homens precisavam aprender a usar armas e a lutar; os senhores precisavam saber organizar uma força reunindo homens sob seu comando. O estudo das formas de apropriação desenvolvidas exige a análise não só de tropas militares que os senhores podiam organizar e compor quando investidos legalmente de postos de comandos nas Milícias ou Guarda Nacional, como dos grupos armados que reuniam seguindo costumes estabelecidos pela população e não conforme regulamentos oficiais.

O modo senhorial de atuação armada se desenvolvia baseado nos seguintes elementos: quanto à capacidade física dos homens, valorização da força muscular, o que dispensava treinamento físico sistemático;

Quanto à capacidade técnica de lutar, a aprendizagem doméstica ou comunitária de habilidades de luta e do uso de armas – aprendia-se a usar facas ou armas brancas ou a

operar uma arma de fogo portátil com membros da própria família ou comunidade mais próxima. Na sociedade armada os homens precisavam saber lutar. Não que isto significasse se tornar um excelente lutador, um exímio combatente, um conhecedor de técnicas altamente desenvolvidas de luta. Exigia-se dos homens que adquirissem, ao menos, alguns conhecimentos básicos e algumas poucas habilidades que servissem para os confrontos nos quais viessem se envolver, nas refregas que, talvez, não pudessem deixar de participar. Não era para se tornar alguém especial que um homem aprendia a lutar, ao contrário, era para dominar conhecimentos e habilidades que eram dos outros homens de sua família, de sua comunidade, de sua região. Era para ser como os outros, para, em algumas situações ter condição de se reunir a eles, ajudá-los quando a isso era chamado, ou, em outras situações, para sobreviver a eles. Portanto, se se fala de técnicas de luta, não é por referência a um “saber fazer” desenvolvido em instituições especializadas, mas sim, de um “saber fazer” que se elaborava fortemente ligado a atividades da vida social. Tratava-se, por exemplo, de aprender a atirar com arma de fogo caçando ou exercitar-se com armas em práticas sociais como o cotejo de facão (desafio amistoso com espadas improvisadas) e festividades como as cavalhadas, que ofereciam oportunidades para manejar armas e demonstrar habilidades e força para lutar;

Quanto à reunião de homens lutando para atingir um objetivo do grupo formado, a mobilização deles através das relações de dependência;

Quanto ao controle do grupo, disciplinamento por castigos corporais;

Quanto à forma de participação dos homens, a observação de limites de tempo de engajamento, de distância do local de residência e de riscos do envolvimento pessoal nas lutas travadas. Este é o ponto que eu gostaria de desenvolver neste texto. Podem-se observar a preocupação dos homens em atuar dentro desses limites em vários dos confrontos armados que se engajavam e que são importantes na história do país.

Escolhemos aqui examinar exemplos dos confrontos armados que ocorreram em Minas Gerais durante a Revolta Liberal de 1842. Neste movimento armado, como em outro de importância à mesma época, a Farroupilha no sul, a Guarda Nacional foi intensamente mobilizada, isto é, eram os civis organizados na milícia que compunham a maior parte dos efetivos em combate. Os soldados de tropas de primeira linha do Exército participaram das lutas, mas eram em número muito menor. Este episódio militar se constituiu de embates entre

forças comandadas por oficiais milicianos, especialmente entre grandes proprietários de terras e escravos ocupando o posto de coronel, que estavam em ambas as tendências partidárias que entraram em confronto direto no reordenamento político do início do Governo de D. Pedro II. Em Minas o cônego Antonio José Marinho, liberal e um dos primeiros e mais importantes cronistas do que ele define como insurreição contra uma oligarquia opressora, estabelece uma ligação muito forte entre o modo de atuação dos homens e os limites dentro dos quais eles se comprometiam lutar por seus chefes.

Limites de Tempo, Lugar e Risco

Os relatos e estudos sobre a Revolta Liberal tanto na província de São Paulo quanto na de Minas Gerais (Marinho, 1978 [1844]; Almeida, 1944; Andrade, 1942) informam sobre as deserções e debandadas que ocorriam entre os insurgentes e não só entre eles como também entre as tropas legalistas. Aconteciam, também, e com certa frequência, combates de pouca intensidade, quando forças inimigas mal trocavam alguns tiros e uma delas se retirava do confronto ou mesmo as duas o faziam, retornando cada uma para o seu lado sem lutarem efetivamente. A historiografia tende a considerar esses procedimentos como sinais evidentes da má organização das forças policiais e militares no país.

De fato, os contemporâneos das lutas militares já apontavam as formas de atuação das tropas milicianas ou do Exército como problemas de despreparo e desorganização que demandavam soluções do Governo central. Contudo, se podem observar regularidades nestas formas de atuação que se devem não a despreparo dos homens, mas a maneiras de lutar que atendiam a interesses deles. Na sociedade armada os homens tinham relativa autonomia, não só os oficiais milicianos em relação aos seus comandantes, como os homens em geral em relação aos seus chefes.

Os homens chamados à luta não se recusavam a ela, mas pegavam em armas e continuavam lutando sob certas condições. O que se vê, primeiramente, é que os interesses locais, sobretudo econômicos, tinham um peso fundamental para se decidir a forma e a intensidade do engajamento. Os homens se engajavam em lutas por princípios e objetivos políticos como combater a tirania, defender a constituição e o trono de D. Pedro II, que eram, então, em 1842, propostas dos insurgentes na Revolta Liberal, mas se preocupavam,

fundamentalmente, com sua situação pessoal e de sua localidade. Eles atuavam dentro de seus municípios, sempre preocupados com suas famílias e seus bens. Os homens tinham propriedades (fazendas, terras, escravos, residências, rebanhos) e negócios a preservarem.

O cônego Marinho, por isso, elogia muito aqueles que se dispuseram a sair de seu município e a lutar num movimento armado, se afastando, com risco, de suas famílias e bens:

Era na verdade um espetáculo digno da admiração de um povo ainda o mais civilizado e amante da liberdade, o que apresentavam homens da qualidade de Manoel Ferreira, acostumados desde a infância a uma vida de quietação e de sossego, abandonando interesses e cômodos, para seguirem os riscos de uma revolução, e isto, por que entendiam que o país, que o Trono, que a liberdade, deles tais sacrifícios exigiam! (Marinho, 1978: 114).

Tobias de Aguiar na província de São Paulo, onde também ocorreu o movimento armado, “não recuara diante do comprometimento do repouso, da fazenda e da vida”, disposição que o cônego Marinho atribui sempre à adesão ideológica ao movimento armado (Marinho, 1978: 225).

Os homens tinham interesses econômicos a proteger. Partir para uma guerra era sacrificar repouso, vida e fortuna. Por isso, também, era compreensível que desistissem de lutar quando, justamente tudo o que pretendiam defender estivesse comprometido se decidissem enfrentar o inimigo até o fim.

A luta na fazenda Ribeirão foi um ponto crítico do movimento armado e os homens ali postados tiveram que avaliar o perigo em que colocavam os seus interesses e famílias. O próprio cônego Marinho, uma das principais lideranças insurgentes, foi em comissão até a coluna postada na fazenda Ribeirão, que havia resistido aos efetivos legalistas do município de Baependi e pretendia mesmo mudar de posição e atacá-los. Justifica a posição que, no entanto, adotou o comandante Junqueira e, em seguida à decisão dele, a maioria de seus homens, de depor armas ante a uma repressão legal que confiscava ou destruía bens e mobilizava escravos para atacarem a família de seu senhor:

Aquela coluna, porém, era composta em sua quase totalidade de pais de famílias, e alguns de muito numerosas famílias. Como resolverem-se a deixar entregues ao furor do vandalismo legal de 1842 suas esposas, filhas e filhos, que não era possível

em tão apertadas circunstâncias conduzir, sem mesmo levar em conta as grandes propriedades que seriam forçados a abandonar, as quais não escapariam do saque, da destruição e do confisco? (Marinho, 1978: 142).

O barão de Caxias, o comandante em chefe das forças governamentais na repressão aos insurgentes, prometia por avisos e proclamações vantagens ou perdão a todos aqueles que, não considerados cabeças de rebelião, depusessem armas sem lutar. Não se tratava apenas de tática ou praxe militar de um exército contra os inimigos, mas de sinalizar para homens mobilizados através da Guarda Nacional que eles poderiam retornar sem problemas para suas famílias, afazeres e bens. Os interesses econômicos eram os que Caxias prometia respeitar na tentativa de dissuadir os insurgentes a deporem as armas. Consignava nos avisos “que tranquilos os deixaria ficar em suas casas, qualquer que fosse a parte que tivessem tomado no movimento” (Marinho, 1978: 145).

Por outro lado, o Governo determinava, e Caxias ameaçava, por Aviso de 23 de junho justamente o confisco dos bens daqueles envolvidos com o movimento armado e que não depusessem as armas. A repressão policial que se seguiu à derrota do movimento mostra o quanto os homens poderiam perder no caso de serem vencidos pelos inimigos militares e políticos. Teófilo Otoni, um dos grandes líderes do movimento, preso em uma residência de Santa Luzia onde os insurgentes sofreram em 20 de agosto de 1842 sua derrota militar definitiva, testemunhou e relatou os saques “a que se entregava a soldadesca desenfreada” (Marinho, 1978: 266). Mais, talvez, do que a apreensão legal de bens, o que causou enormes prejuízos financeiros e materiais aos insurgentes foram esses saques e depredações que eram a prática dos responsáveis imediatos pela execução das ordens oficiais.

O cônego Marinho relacionou vários homens que, segundo ele, tiveram seus bens oficialmente apreendidos e sequestrados e, na prática, saqueados ou destruídos, de toda forma ilegalmente apropriados, com a conivência das autoridades encarregadas da repressão policial em Minas Gerais, subdelegados, delegados, juízes de paz e direito e o próprio presidente provincial. Depositários dilapidavam os bens que assumiam. Além disso, o Aviso de 23 de junho foi aplicado como retaliação política local, recaindo acusações arbitrárias de ação rebelde sobre inimigos políticos dos acusadores. A prática foi corrente dos vitoriosos sobre os derrotados e não envolvia apenas aqueles que de ambos os lados participaram efetivamente de

confrontos armados, mas se desenvolvia segundo a linha divisória entre liberais e conservadores (Marinho, 1978: 303-11).

Por seu lado, o movimento insurgente prometia em proclamações de suas lideranças locais respeitar as propriedades. O ajudante de Milícias Felisberto Soares Paes Leme assim que foi aclamado pelas forças reunidas no Pé-do-morro, Diamantina, fez uma proclamação na qual assegurava que o movimento garantiria a ordem: “Portanto, tranquilizem-se todos, e saibam que daremos a nossos adversários o exemplo de moderação, e do mais escrupuloso respeito às propriedades” (Marinho, 1978: 150). O cônego Marinho assevera que os insurgentes, ao contrário dos seus inimigos, respeitaram os bens dos legalistas nos lugares que o movimento armado dominou. Apenas os homens do governo saquearam e depredaram. Diz que as casas tomadas pelos comandos insurgentes não foram saqueadas e que os bens utilizados não foram tomados, mas comprados a crédito garantido por fiadores idôneos e respeitados (Marinho, 1978: 312).

A perda de bens era um problema que atingia a todos os homens. Primeiramente a sofriam os homens de maiores posses em cada município. Marinho aponta que, em geral, eram aqueles que ocuparam os postos superiores da Guarda Nacional os extorquidos pelos vencedores para comprarem proteção nos processos judiciais que corriam. Guardas nacionais subalternos, de poucos bens e de baixa renda, sofriam mais com as arbitrariedades policiais na aplicação das penas, pois não podendo comprar sua liberdade acabavam eles pronunciados como cabeças de rebelião (Marinho, 1978: 318). Mesmo assim, ainda aconteceu um pequeno comércio de venda de sentenças favoráveis em processos ou extinção dos mesmos que os atingiu financeiramente:

Delfino Vieira da Silva, que foi apenas um simples soldado, que nunca podia ser considerado cabeça, sofreu processo e, se escapou da perseguição, deve-o a ter dado 200\$rs. ao Sr. Penido [Antonio Nogueira Penido, juiz municipal na vila do Bonfim], por intervenção de um seu amigo, que arranjou o negócio por esse preço, quando se lhe queriam extorquir 800\$rs (Marinho: 320).

Os Interesses e Vontades dos Homens

Uma das consequências mais importantes do fato de que a atuação militar dos homens estava assentada sobre os seus interesses pessoais e locais é que ele conferia uma relativa autonomia dos homens a chefias e comandos. A vontade dos guardas nacionais contava para seus comandantes. Este é um dos pontos mais importantes do modo de atuação senhorial. A obediência não era automática, cega e apenas imposta, não era a disciplina que os comandantes militares desejavam impor aos soldados do Exército. Não se constata aqui um problema de ineficiência militar por falta de comando, mas a aceitação da autoridade de um comandante que envolve a deliberação dos homens que compõem a tropa.

Os homens poderiam divergir da orientação dada pelo chefe da força, não para deixar de lutar, mas ao contrário, para manter a luta enquanto os seus comandantes já não a queriam. O tenente-coronel José Joaquim Alves não pode dissolver suas tropas, mesmo com a ameaça dos legalistas que capturaram seu filho de mandá-lo recrutado para o sul. Marinho diz que não foi possível ceder à chantagem “pois que não dependia somente da vontade do comandante dissolver uma coluna composta de homens que, voluntários, se reuniam em defesa de sua própria causa” (Marinho, 1978: 135).

A tropa na fazenda Ribeirão nas proximidades de Baependi, segundo Marinho, não acompanhou de imediato Gabriel Junqueira e os principais chefes na deposição de armas em 26 de julho e se manteve na posição de continuar a luta:

Era tal o entusiasmo, tão forte a convicção de todos os soldados que compunham aquela coluna, que ao verem que se retiravam os homens mais influentes, ainda assim não queriam depor as armas, e alguns deles, e entre outros os dois irmãos Brandão, se foram reunir à coluna do Cláudio, e foram dos últimos teimosos insurgentes que depuseram as armas (Marinho, 1978: 142).

Os chefes tinham limites para decidir o rumo das ações. Em 06 de agosto a maioria do conselho do presidente interino – Galvão, Alvarenga, Lemos, Manoel Thomaz e Joaquim Martins – era pelo fim da revolução, em posição contrária Manoel Ferreira e Otoni. Mas o fim das hostilidades não foi decidido porque a maioria das tropas reunidas estava com disposição para atacar a capital Ouro Preto: “e a não ser o receio de que uma franca declaração em tal sentido seria recebida como pacto de traição pelo Exército que se achava

então no auge do entusiasmo, naquele mesmo dia talvez se dispersassem as forças” (Marinho, 1978: 178).

O comandante Joaquim Martins havia se retirado com seus homens no começo da luta em Santa Luzia, contudo, numa reviravolta do embate, voltou sob a ameaça de seus homens: “Joaquim Martins, que cederá além da ponte às instâncias e solicitações de seus soldados que ameaçavam tirarem-lhe a vida, e entre outros o valente sargento Agripa, voltou protestando que ia mostrar no campo de batalha a sua lealdade” (Marinho, 1978: 209).

Os dois mil homens que ainda comporiam as forças comandadas por Galvão e Alvarenga que marcharam de Santa Luzia para Lagoa Santa (para o início da luta o cônego Marinho havia estimado 1100 homens) estariam ainda dispostos a lutar – “os soldados relutavam: nem queriam depor as armas e muito menos se dispersar” – o que representava um problema para os dois comandantes encerrarem as hostilidades armadas, mas eles tiveram que considerar que de imediato já não tinham mais como alimentar este contingente e, mais importante, segundo Marinho, não queriam convulsionar toda a província e transformá-la num novo Rio Grande do Sul (Marinho, 1978: 255).

Deserções, Debandadas e Dispersão de Forças

Essas ocorrências de fuga de combates e de participação na guerra estariam, também, na conta da ineficiência organizacional e operacional das tropas militares e corpos policiais. No entanto, não se trata aqui de incapacidade militar dos homens. Eles lutavam sob as ordens de seus chefes e comandantes em prol de objetivos político-partidários gerais como o combate às leis de reforma judiciária e da instituição do Conselho de Estado que opuseram liberais e conservadores no país todo, mas a sua adesão ia até o limite de não por em risco seus bens e seus interesses de maneira geral.

As tropas de Guarda Nacional poderiam agir conforme os interesses locais, atuar independentemente das tropas do Exército ou da presença de oficiais militares e mesmo não atender às necessidades ou aos objetivos dos governos provincial e central e abandonar ou recusar combates. Quanto a este último item foi o caso com o coronel de legião José Franco de Andrade que, tendo auxiliado a vitória governamental em Venda Grande na província de São Paulo, recusou-se a seguir para Minas Gerais. Alegou, em primeiro lugar, que o tenente-coronel do Exército Vicente de Amorim Bezerra teria desrespeitado a tropa campineira e, em

segundo lugar, que esta já haveria participado da luta – seus homens teriam sido *testemunhas quasi presenciais da tragédia da Venda Grande* (Almeida, 1944: 130). O problema, de fato, para o coronel Andrade, parece que atendendo a solicitações de seus homens, era que o objetivo da Guarda Nacional de Campinas já havia sido atingido, ou seja, impedir a tomada da cidade pelos rebeldes. É provável que o oficial de primeira linha tenha solicitado ou mesmo exigido um novo apoio, pois o coronel Andrade enviou um contingente composto de guardas das cidades de Rio Claro, Limeira e Araraquara, que julgava subordinadas ao seu comando. Mas parece que não se empenhou para cumprirem efetivamente a missão, uma vez que partiram a 31 de julho e a 29 de agosto o coronel comunicava ao Governo provincial que todos haviam desertado no caminho, mas que mandava prendê-los (Almeida, 1944: 132).

Ao primeiro chamado os homens poderiam se reunir e, em geral, o fizeram em Minas Gerais. Mas a discordância dos homens quanto às táticas e estratégias adotadas pelos chefes ou a desconfiança dos rumos e possibilidades do movimento armado poderiam fazer com que desertassem. Antonio José Marinho observa que ocorreram muitas deserções entre os insurgentes quando o presidente interino José Feliciano recuou para São João d’El Rei ante o avanço de forças legalistas da capital Ouro Preto sobre o município de Queluz tomado ao Governo provincial, deixando tropas na cidade sob o comando do oficial Antonio Nunes Galvão. A situação reverteu desfavoravelmente a disposição dos homens para a luta “apesar dos esforços de Galvão e dos demais influentes, não poucas deserções na coluna tiveram lugar” (Marinho, 1978: 124).

A tática dos legalistas de espalhar notícias sobre a superioridade de suas forças parece que surtia efeito, pois começaram deserções nas fileiras insurgentes: “o destacamento de Santa Bárbara é mandado picar a retaguarda da coluna legalista que avançava para Barbacena, e dissolve-se no caminho...”. O mesmo ocorreu em mais larga escala nas restantes localidades da região (Marinho, 1978: 135-6).

A possibilidade de derrota poderia significar não só um risco para sua vida e liberdade, mas o imediato comprometimento dos bens do insurgente. Por isso, as debandadas que se observam entre os corpos de guardas nacionais insurgentes derrotados não são indicação apenas de despreparo militar, mas da preocupação de resguardar o máximo possível os seus interesses abandonando o movimento armado e retornando para suas casas.

Contra a cidade legalista de Tamanduá se reuniram os guardas nacionais de Lavras e Oliveira e do curato de São Francisco do mesmo município de Tamanduá, num total de seiscentos homens. A tropa debandou já no início do primeiro encontro, contudo, observe-se que o inimigo também debandou quando encontrou resistência ao seu avanço. Os insurgentes caíram numa emboscada “e o fogo inesperado, feito sobre a vanguarda da coluna, pô-la imediatamente quase toda em debandada; uma parte dela fez corajosa resistência, e conseguiu por fim que se retirassem os legalistas, de sorte que, ambas as partidas combatentes, debandaram-se depois de um tiroteio” (Marinho, 1978: 105). Muitos outros exemplos de debandada, inclusive de tropas do governo, se observam em todo o conflito. Era um procedimento que tomavam dentro dos limites que estabeleciam para sua atuação armada.

A dispersão de forças insurgentes mesmo depois de vitórias sobre os opositores constituiu outra prática corrente. Os homens do município insurgente de Arasca começaram a lutar contra os legalistas do município vizinho de Araxá. Contudo, receberam a informação de que São Paulo caíra e forças governistas vinham contra Minas Gerais e julgando que qualquer vitória local estaria comprometida pela derrota estratégica do movimento, simplesmente se retiraram para suas casas (Marinho, 1978: 106).

Na região de Santa Luzia e Curvelo verificaram-se novas ocorrências de dispersão e deserção de insurgentes quando se avizinhavam confrontos. Nas proximidades do sítio do Capão houve um confronto em 02 de agosto que repercutiu negativamente entre os insurgentes:

Esse encontro, bem que de nenhuma importância em si mesmo, teve não obstante mui graves consequências. A força Insurgente retirava-se de Santa Luzia cheia de temores. Os tiros do Capão, pois, produziram um quase geral desânimo, e causaram uma imensa dispersão, debandando-se companhias inteiras; mas a coluna [do Curvelo] contava ainda para mais de quatrocentos homens (Marinho: 166).

O cônego Marinho atribui a ocorrência de muitos desses eventos ao problema de falta de comando geral do presidente interino. A ausência de uma liderança teria, de fato, peso significativo no resultado de um movimento militar. Mas no caso de corpos constituídos por milicianos e não soldados de linha, ela constituía um dos revezes que fazia com que os

homens se voltassem para a proteção de seus interesses pessoais e locais. Todas essas ocorrências devem ser entendidas como procedentes dos limites que os homens estabeleciam para sua adesão aos chefes e comandantes quando esses os chamavam à luta. Os homens tinham obrigações junto àqueles dos quais dependiam e deviam favores, contudo, seus interesses e vontades deviam ser levados em consideração para que se mantivessem mobilizados. As táticas, as formas de organização, as relações entre subordinados e chefes entre os coronéis e seus dependentes, configuravam procedimentos regulares que são denominados aqui como modo de atuação armada senhorial. Trata-se de um meio para se compreender o surgimento e o desenvolvimento de uma sociedade armada, tal como estava configurada a sociedade brasileira no início do Segundo Reinado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aluísio de. *A revolução liberal de 1842*. Prefácio de Carlos da Silveira. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.

ANDRADE, Martins de. *A revolução de 1842*. Rio de Janeiro, 1942.

AUTOS dos Inquéritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais. Brasília: Senado Federal; Editora da UNB, 1979 (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, série Estudos Históricos, v. 20).

MARINHO, José Antonio. *História da revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal; Editora UnB, 1978 (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, Série Estudos Históricos; v. 12).